



Câmara Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 057/2018.

Dispõe sobre o Projeto de Lei CMI n.º 0042/2018.

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em estudo "**Altera disposições da Lei Municipal n.º 2.641/2005 que especifica.**"

A proposição tem por objetivo alterar os arts. 111 e 114 da Lei Municipal n.º 2.641/2005 (*Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo*), que cuidam, respectivamente, do prazo da licença à servidora gestante (licença maternidade) e do prazo para a licença-paternidade.

A assessoria jurídica da Casa assim se manifestou sobre a matéria:

"Conforme destaca a justificativa apresentada à proposição, esta visa tão somente adequar a previsão contida no art. 111 e 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo (*Lei Municipal n.º 2.641/2005*) ao que já consta do Estatuto dos Servidores da Administração direta, Autarquias e Fundações do Município de Ibiraçu (*Lei Municipal n.º 2.762/2007*), prevendo idêntico direito aos servidores do Poder Legislativo em relação àqueles que possuem os servidores do Poder Executivo, no tocante ao prazo das licenças maternidade e paternidade.

Na verdade, em relação especificamente à licença-maternidade, a Lei Municipal n.º 3.654/2015, conquanto a impropriedade verificada em seu art. 1º (já que faz alusão a norma já revogada do ordenamento jurídico municipal), dispôs em seu art. 2º, a possibilidade de prorrogação da licença-maternidade – prevista no art. 111 da Lei Municipal n.º 2.641/2005 – por mais 60 (sessenta) dias, viabilizando, portanto, a licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias às servidoras do Legislativo, como é garantido às servidoras do Executivo conforme art. 146 da Lei Municipal n.º 2.762/2007.

A proposição, na verdade, pretende estabelecer no próprio Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo, o prazo contínuo de 180 (cento e oitenta) dias para a licença-maternidade, sem necessidade de prorrogação, como ocorre no Executivo, com expressa revogação da indigitada Lei Municipal n.º 3.654/2015, o que se mostra absolutamente correto e pertinente.

*Outrossim, no que toca à licença-paternidade, a disposição prevista no art. 3º da proposição, também busca igualar o prazo de referida licença para os servidores do Legislativo àquele previsto para os servidores do Executivo, conforme previsão contida no art. 148 da Lei Municipal n.º 2.762/2007 (*Estatuto dos Servidores da Administração direta, Autarquias e Fundações do Município de Ibiraçu*), com a redação que lhe deu a Lei Municipal n.º 2.926/2008, ou seja, o prazo de 14 (quatorze) dias.*



Câmara Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

A revogação do art. 112 da Lei Municipal n.º 2.641/2005, prevista no art. 2º da proposição, conforme enfatiza a justificativa apresentada pela Mesa Diretora da Casa (Autora do Projeto), decorre diretamente da alteração promovida no art. 111 da mesma norma, que o torna sem efeito.

A matéria versada na presente proposição se inclui no rol daquelas afetas à competência do Município, a teor do disposto no inciso I, do art. 30, da Constituição Federal, inexistindo inconstitucionalidade a ser destacada.

Por outro lado, trata-se de matéria cuja iniciativa compete privativamente à Mesa Diretora da Câmara, observada no caso, ex vi do disposto no art. 38, II, da Lei Orgânica Municipal.

Assim sendo, não se vislumbra óbice de natureza constitucional e/ou legal para a apreciação e deliberação da matéria. "

Corroboro com as assertivas lançadas no parecer jurídico e considero, portanto, constitucional e legal a presente proposição

No que tange aos aspectos de ordem redacional, gramatical e lógica, entendo que a proposição se encontra redigida de forma satisfatória, inexistindo reparos a serem feitos.

No mérito, a adequação proposta é oportuna e necessária, de sorte que entendo que a matéria merece aprovação por parte desta Casa.

Nos termos do disposto no art. 189, I e § 1º c/c o art. 190, II, "e" do Regimento Interno da Casa, a aprovação da matéria depende do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

CONCLUSÃO:

Com essas considerações, voto pela aprovação da matéria. É o parecer e como concluo.

Plenário Jorge Pignaton, em 19 de novembro de 2018.


JOSÉ HERVAN PIGNATON
Presidente/Relator

Acompanho o voto do Relator:
(PR-CMI-042/2018)


VANDERLEI ALVES DA SILVA
Secretário


OTÁVIO LUIZ GUSSO MAIOLI
Membro